



O PCB cai no samba: Os comunistas e a cultura popular (1945-1955)

Rio de Janeiro: Aperj, 2009.
(239 p.)

Valéria Lima Guimarães

Marcelo Badaró Mattos¹

Para todos os militantes que ingressaram em partidos de esquerda nas últimas três décadas da história brasileira, falar em política cultural é, quando muito, lembrar da influência difusa das teses de determinada organização política sobre esse ou aquele artista ou veículo cultural em particular. Imprensa partidária é, para nossa geração, sinônimo de jornais e revistas de circulação restrita, voltados para o público interno, com dimensões acanhadas e periodicidade larga e irregular. Formação política é associada a um ou dois cursos de curta duração pelos quais eventualmente se passou (quase sempre há muito tempo e na fase inicial da militância).

Olhando desse nosso presente, é fundamental resgatar a história – e quem sabe o exemplo – de um partido de esquerda que, atuando há mais de meio século, publicava uma rede de oito jornais diários e vários semanários em diferentes capitais brasileiras. O mais importante deles, a *Tribuna Popular*, circulando no Rio de Janeiro, então capital do país, chegou a imprimir 50 mil exemplares diários, uma tiragem muito próxima dos maiores jornais da época. O mesmo partido que fundou 24 editoras, a mais importante delas a *Editorial Vitória*, já no ano de sua criação pôs em circulação 57 mil volumes de livros. E manteve uma relação de ativa influência sobre um conjunto significativo e numeroso de intelectuais com atuação destacada nos campos da literatura, artes plásticas e ciências sociais, entre outros. Partido que mantinha cursos de forma-

ção regulares para seus militantes, organizados em células, assim como em comissões de fábrica ou empresa e comitês democrático-populares, das bases às direções. Independentemente da avaliação valorativa sobre as estratégias dos comunistas, esses são aspectos hoje cada vez mais destacados pela historiografia das atividades do PCB, particularmente no seu curto e intenso período de vida legal, entre 1945 e 1947.

O livro de Valéria Guimarães chama a atenção pela contribuição relevante ao debate sobre o PCB naqueles anos². Na esteira de uma série de trabalhos mais ou menos recentes sobre o assunto³, a autora investiga a atuação cultural dos comunistas no período de uma década, com maior atenção para a fase da legalidade. Mas seu maior mérito é o da originalidade. Ao abordar a relação do partido com as escolas e o “mundo do samba” no Rio de Janeiro, Valéria Guimarães nos apresenta uma face da política cultural – e da atuação política no sentido mais amplo – do PCB naqueles anos, até aqui pouquíssimo explorada pelos estudos acadêmicos.

A divisão formal do livro espelha a preocupação de cobrir o objeto a partir de todos os ângulos possíveis. Assim, o primeiro capítulo é dedicado ao debate teórico sobre cultura popular e ao balanço da literatura especializada a respeito do que a autora trata como o “mundo do samba”. A desmistificação da ideia de um “samba de raiz”, ou do mito da pureza do samba verdadeiramente popular ou original, é uma das preocupações centrais da autora nessa parte do livro. O segundo capítulo aborda as políticas de Estado em relação ao samba, especialmente no período do Estado Novo, em que a tradição de intolerância diante dos modos de vida das camadas populares, associadas à marginalidade, se transmuta em obsessão pela brasilidade encontrada nas manifestações populares, tendo o samba como ícone. Mas um samba normatizado, tanto quanto possível, para exaltar a grandeza nacional e o modelo do cidadão trabalhador. O capítulo 3 situa os comunistas e sua relação com a cultura popular. O quarto e o quinto capítulos dedicam-se ao núcleo central do livro, ou seja, a interação do PCB com o mundo do samba. Primeiro, no capítulo 4, a partir do olhar dos próprios comunistas, por meio especialmente das páginas da *Tribuna Popular*. Em seguida, no quinto capítulo, partindo do olhar vigilante e repressivo da polícia política carioca.

Como não poderia deixar de ser, é nos dois últimos capítulos que a leitura se torna mais rica, pois, embora o uso de fontes primárias esteja espalhado pelos capítulos anteriores, e seja mais visível já no capítulo 3, sua construção está alicerçada na produção acadêmica anterior. Já os capítulos finais foram construídos sobre fontes primárias, se não pouco conhecidas, ao menos lidas de forma bastante original pela autora. O que nos faz ter, até mesmo, a sensação de que o texto demora para chegar “lá”.

Passando ao conteúdo do livro, é meritório o esforço de análise, exercitado, sobretudo, no terceiro capítulo, sobre os caminhos que levaram intelectuais de peso na produção cultural brasileira a se aproximar do PCB, desde os anos 1930 e com maior ênfase no período da “redemocratização de 1945”, dando coerência ao seu esforço de construção de uma cultura nacional-popular através da “educação política das massas”. Também no terceiro capítulo encontramos discussão muito interessante sobre uma fonte riquíssima apresentada por Valéria Guimarães. Trata-se do informe escrito por Maurício Grabois e publicado em 1945 pela Editora Horizonte, com o título *Levemos às massas nossa linha política*. No informe, Grabois fazia um balanço – com forte dose de autocritica – do potencial e dos limites da comunicação do partido com as massas proletárias, e sugeria uma série de políticas concretas, principalmente para a imprensa partidária, a área editorial e as atividades dos intelectuais comunistas, quer em seus respectivos ofícios artísticos e profissionais, quer em suas tarefas de formação política dos militantes partidários. Mas apontava também para a necessidade de estabelecer, através de linguagem e meios adequados, uma comunicação com os setores majoritariamente iletrados da classe trabalhadora urbana e rural no Brasil. Para isso, rádio, cinema, festividades e música deveriam ser canais explorados pelos comunistas em seu esforço de propaganda política.

Tomando o mais importante jornal diário comunista como objeto e fonte principal, o quarto capítulo do livro explora assuntos e colunas da *Tribuna Popular*, pouco recuperados pela historiografia preocupada com a intervenção dos comunistas nos temas centrais do debate político nacional, ou nas táticas de atuação do PCB nos sindicatos. Ou mesmo pelas análises sobre a política cultural, nas quais o jornal já tem sido fonte importante para estudos sobre os debates estético-literários movidos pelas grandes figuras intelectuais do partido, como Jorge Amado e Graciliano Ramos⁴. Ainda assim, permaneciam pouco conhecidos os largos espaços dedicados pelo jornal – e pela política dos comunistas na época, particularmente no Rio de Janeiro – para as escolas de samba.

Através das páginas do jornal, Valéria Guimarães nos leva à relação estabelecida entre o PCB e a União Geral das Escolas de Samba (Uges), que chegou a definir a *Tribuna Popular* como seu órgão oficial e responsável pela organização do desfile de carnaval de 1947, chamado “O Carnaval da Paz”. Nessa época, o PCB já privilegiava a relação com o “mundo do samba” como caminho para se aproximar das populações moradoras de favelas, denunciando nas páginas de seu jornal os problemas de saneamento, abastecimento, urbanismo, entre outros, desses territórios urbanos habitados pelo setor mais pauperizado da classe trabalhadora.

O partido já havia encontrado no samba e nas escolas de samba, também, uma excelente forma de propaganda política, de tal maneira que os

comícios eleitorais para o pleito municipal de 1947 foram convertidos em “festas eleitorais” da “chapa popular”, cujo ponto culminante era sempre a apresentação de sambistas, quando não de desfiles de agremiações carnavalescas. Entre essas festas, tiveram destaque as comemorações do aniversário de Luiz Carlos Prestes, que se realizaram em janeiro de 1947 com a presença do “senador do povo” em pelo menos dez “festas populares”, que aconteceram na mesma noite em diferentes bairros da cidade.

Nesse ponto, além da cobertura completa dos desfiles oficiais do carnaval, e mesmo do papel de destaque da organização do desfile de 1947, cabe um comentário à parte sobre o resgate promovido pela autora de um evento todo ele dirigido pelo jornal (e conseqüentemente pelo partido), em associação com a Uges. Trata-se de um concurso especial de carnaval, realizado em novembro de 1946, no campo de São Cristóvão, em homenagem ao “Cavaleiro da Esperança” e à Proclamação da República. Vinte e duas agremiações carnavalescas participaram do concurso, quase todas animando seus desfiles com sambas em homenagem a Prestes, o que é uma indicação mais que sólida da força do partido no “mundo do samba” carioca da época.

Chegando ao último capítulo, dedicado à vigilância e repressão policial sobre as escolas de samba, a autora apresenta evidências consistentes de que, apesar de toda a propaganda estadonovista ter influenciado diretamente o perfil dos enredos e desfiles das escolas de samba a partir do final dos anos 1930, é só com a aproximação entre estas e o PCB, pós-1945, que os temas e perfis dos desfiles passam a sofrer controle censório e repressivo mais direto. Nesse ponto, o texto ganha em conteúdo analítico mais geral, quando a autora constata, pela força da presença do aparato da polícia política, emblemática das permanências da ditadura para além de 1945, que:

Em linhas gerais, os acontecimentos do período que se seguiu a 1946, ao contrário do que se costuma argumentar mesmo com ressalvas, não são o prenúncio de tempos democráticos que serão interrompidos com o golpe de 1964, mas, antes, a manutenção de instituições conservadoras que se apresentam com uma nova roupagem [...] (p.178).

É essa apreciação geral do período, a que chega por meio de sua análise específica, que permite a Valéria Guimarães explicar, em conclusão, como a aproximação entre o PCB e a Uges, vista como uma relação “caracterizada pela reciprocidade”, foi alvo de intensa repressão, em especial após a decretação da ilegalidade do partido, o que levaria ao declínio também a União. A Uges seria então “descredenciada” pelo Estado, que assumiu a organização dos desfiles através da prefeitura do Distrito Federal, estabelecendo um novo regulamento

para o evento e nomeando como interlocutor autorizado uma Federação Brasileira das Escolas de Samba, instituída de cima para baixo e patrocinada pelos setores conservadores da imprensa local, como o jornal *A Manhã*.

Discordo em algumas passagens de um tom, que está longe de ser o dominante no livro, em que a análise parece equiparar o projeto comunista de construir uma contra-hegemonia (para usar termos gramscianos, referência para a autora) por meio da aproximação com o samba e seus protagonistas – em seu esforço de “educar politicamente as massas” – da estratégia hegemônica de envolver o “mundo do samba” nos valores e padrões dominantes. Como na passagem em que equipara o uso das escolas de samba por Vargas em um programa radiofônico de 1936, transmitido para a Alemanha nazista, com a atuação do PCB entre as escolas dez anos depois, afirmando que “ambas as tendências concebem o samba e o carnaval como símbolos da brasilidade, sínteses das coisas nacionais” (p. 124). Apesar dos vínculos em comum, tal equiparação menospreza o sentido de classe que a proposta comunista procurava dar à ideia de nacional-popular, que, de toda forma, aparece nitidamente em outras passagens do livro.

Trata-se, porém, de discordância menor diante da constatação de que o livro contribui significativamente para a compreensão da política cultural comunista em meados dos anos 1940. Uma política central para a estratégia mais ampla do partido, que, como Valéria Guimarães demonstra, não foi fator de menor importância para o curto e violentamente interrompido sucesso de massas do PCB na legalidade, quando chegou a reunir 200 mil filiados no país e a eleger a maior bancada de vereadores da Câmara do Distrito Federal, feito para o qual certamente contribuiu a campanha construída por meio das “festas eleitorais” regadas a muito samba e o programa eleitoral da “chapa popular”, que incluía as reivindicações da população moradora das favelas, com as quais o partido e seus candidatos tinham contato e estabeleciam bases mais estáveis de organização através das escolas de samba.

Méritos de sobra para que o trabalho fosse muito justamente agraciado com o Prêmio do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, que resultou em sua edição através da Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro. Um prêmio que, esperamos, retorne à sua regularidade, assim como desejamos que a Imprensa Oficial do Rio, tomando como exemplo a de São Paulo, assumira como sua a tarefa de edição e publicação de obras acadêmicas importantes que permanecem distantes de um público mais amplo devido ao desinteresse das editoras comerciais.

NOTAS

¹ Professor de História do Brasil na Universidade Federal Fluminense (UFF). Contato do autor: marcelobadaromattos@gmail.com.

² Um debate que, do ponto de vista dos “acertos” e “erros” políticos do partido, possui uma longa trajetória, podendo ser lembradas, entre as travadas pelos pesquisadores universitários, aquela que envolveu Luiz Werneck Vianna, Maria Hermínia Tavares de Almeida e Francisco Weffort, entre outros autores, nos anos 1970. Uma contribuição bastante recente ao debate pode ser encontrada em JUNIOR Sena, Carlos Zacarias de, *Os impasses da estratégia: os comunistas, o antifascismo e a revolução burguesa no Brasil. 1936-1948*. São Paulo: Annablume, 2010.

³ O pioneirismo nessa discussão pode ser atribuído a Leandro Konder, que a abordou em diversos trabalhos, por exemplo, no capítulo sobre “política cultural” de *A democracia e os comunistas no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1980. Antonio Albino Canelas Rubim é autor de algumas das mais abrangentes discussões sobre o tema, como em seu capítulo “Marxismo, cultura e intelectuais no Brasil”, in MORAES, João Quartim de (Org.), *História do marxismo no Brasil*, vol III. Campinas: Unicamp, 1998.

⁴ Um exemplo de trabalho nessa linha é a dissertação de mestrado de ARAUJO, Mônica da Silva, *A arte do partido para o povo: o realismo socialista no Brasil e as relações entre artistas e o PCB (1945-1958)*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002. Outro exemplo é a dissertação de MELLO, Marisa S. de, *Graciliano Ramos: criação literária e projeto político (1930-1953)*. Niterói: UFF, 2005.